


“Novas” formas e modelos de governança e a gestão da educação e da escola: materializações, tendências e direcionamentos evidenciados nas teses de pesquisadores (as) brasileiros (as)


“New” forms and models of governance and the education and school administration: materializations, trends and directions evidenced in the Brazilian researchers theses

“Nuevas” formas y modelos de gobernanza y gestión de la educación y de la escuela: materializaciones, tendencias y direcciones evidenciadas en las tesis de investigadores brasileños

Janete Palú*

 <https://orcid.org/0000-0002-5887-6246>

Ângelo Ricardo de Souza**

 <https://orcid.org/0000-0002-0246-3207>

Resumo: Este artigo tem por objetivo traçar o estado do conhecimento acerca da gestão da educação e da escola, a partir dos marcos da reforma neoliberal, destacados nas pesquisas acadêmicas em nível de doutorado (teses) produzidas por pesquisadores (as) brasileiros (as). Para tanto, recorreremos à análise do resumo de 25 teses, coletadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para a interpretação dos dados, utilizamos as técnicas da Análise de Conteúdo propostas por Bardin (2016). As pesquisas apontam que a gestão da educação e da escola passou por transformações com a adoção de “novas” formas e modelos de governança, princípios do gerencialismo e da nova gestão pública, assumindo feições empresariais. Evidenciou-se a atuação de atores privados, do terceiro setor e do setor estatal por meio de diferentes arranjos e combinações na formulação, condução e execução das políticas, gestão e oferta da educação. Denota-se que há um esvaziamento da concepção de gestão democrática impressa na legislação brasileira. As teses coadunam com a literatura da temática, apresentando uma leitura crítica e atual, todavia há lacunas no que diz respeito ao amplo panorama e às transformações e pautas recentes evidenciadas no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Estado do conhecimento. Políticas Educacionais. Gestão da educação e da escola. Governança.

*Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na Linha de pesquisa de Políticas Educacionais. Mestra em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Professora de História e Assistente Técnica Pedagógica da rede pública estadual de Santa Catarina. E-mail: <janete.palu@ufpr.br>.

**Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor e pesquisador do Núcleo de Políticas Educacionais (NuPE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: <angelo@ufpr.br>.

Abstract: This article aims to trace the state of knowledge about education and school administration, faced to the neoliberal reform links, highlighted in academic research at PhD level (theses) produced by Brazilian researchers. To this end, we analyzed the summary of 25 theses, collected at the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), using, for data interpretation, the Content Analysis techniques proposed by Bardin (2016). Those research show that education and school administration have changed with the adoption of "new" governance forms and models, with the managerialism principles and new public management, assuming entrepreneurial features. The performance of private actors, from the third sector and the state sector was evidenced through different arrangements and its combinations in the policies formulation, conduction and execution, as well as in the education management. It is noted that there is an emptying of the concept of democratic administration printed in Brazilian legislation. The theses are consistent with the literature on the subject, presenting a critical and current reading, however there are gaps regarding the broad panorama and the recent transformations and guidelines evidenced in the Brazilian context.

Keywords: State of knowledge. Education policies. Education and school administration. Governance.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo rastrear el estado del conocimiento sobre gestión de la educación y de la escuela, a partir de los hitos de la reforma neoliberal, resaltados en la investigación académica a nivel de doctorado (tesis) elaborada por investigadores brasileños. Para tanto, analizamos el resumen de 25 tesis, recopilado en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD). Para la interpretación de los datos utilizamos las técnicas de Análisis de Contenido propuestas por Bardin (2016). Las investigaciones muestran que la gestión de la educación y de la escuela han experimentado cambios con la adopción de "nuevas" formas y modelos de gobernanza, con principios de gerencialismo y con la nueva gestión pública, asumiendo características empresariales. El desempeño de los actores privados, del tercer sector y del sector estatal se evidenció a través de diferentes arreglos y combinaciones en la formulación, conducción y ejecución de políticas, gestión y provisión de educación. Se nota que hay un vaciamiento del concepto de gestión democrática impreso en la legislación brasileña. Las tesis son consistentes con la literatura sobre el tema, presentando una lectura crítica y actual, sin embargo, existen vacíos respecto al amplio panorama y a las recientes transformaciones y lineamientos evidenciados en el contexto brasileño.

Palabras clave: Estado del conocimiento. Políticas educativas. Gestión de la educación y de la escuela. Gobernanza.

Introdução

*Pesquisa para constatar, constatando intervenbo, intervindo educo e me educo.
Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 2016, p. 31).*

As “novas” formas e modelos de governança são decorrentes e parte integrante do processo de modificação do papel e da atuação do Estado, das reformas e contrarreformas vivenciadas a partir dos anos de 1980 em âmbito mundial e, no Brasil, a partir dos anos de 1990 (BEHRING, 2008), o que implica na mudança de governo para governança, na qual o Estado não é mais o único ator a ser considerado quando são examinadas as políticas educacionais (DALE, 2010). A presença de novos atores na administração pública e no campo educacional implica em transformações na formulação, no rumo e direcionamentos das políticas públicas, em especial, no que diz respeito à gestão educacional e escolar, considerada um *locus* estratégico para o desenvolvimento do “novo” *modus operandi*, alinhado aos preceitos neoliberais, que em sua forma política pode ser identificado como a Nova Gestão Pública, a qual, conforme Dale (2010), passa a atuar não somente no Estado, mas através dele.

Diante do exposto, este artigo tem a pretensão de inventariar o estado do conhecimento acerca da gestão da educação e da escola, a partir dos marcos da reforma neoliberal que se inicia nos anos de 1990, destacados nas pesquisas acadêmicas em nível de doutorado (teses) produzidas por pesquisadores (as) brasileiros (as). Ferreira (2002, p. 258) afirma que as pesquisas caracterizadas

como “estado da arte ou estado do conhecimento” têm como desafio mapear e discutir “[...] uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas [...]”. Embora muitas vezes o “estado da arte” ou “estado do conhecimento” sejam tomados como sinônimos, há autores que os diferenciam.

Conforme Romanowski e Ens (2006), as pesquisas caracterizadas como “estado da arte” “[...] recebem esta denominação quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções [...]” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39), geralmente são feitas a partir de artigos, dissertações, teses, publicações em eventos coletadas em mais de uma base ou indexador. Já o “[...] O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de ‘estado do conhecimento’” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 40). Corroboram essa visão Morosini e Fernandes (2014, p. 155), ao afirmarem que o “estado do conhecimento” é a “[...] é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”.

Nesse sentido, entendemos esse exercício como um “estado do conhecimento”, uma vez que não temos a pretensão de traçar um amplo panorama sobre as investigações que tratam de políticas educacionais e, sim, focalizar em uma das suas áreas de pesquisa, que diz respeito à gestão educacional e escolar, no contexto das reformas neoliberais. Buscamos localizar em que condições se apresenta a produção sobre a temática, o lugar que ela ocupa no campo, as contribuições, tendências e lacunas que poderão ser objeto de futuras investigações por meio de teses coletadas em uma única base, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), ainda que não a compare à dissertações e pesquisa sênior. Todavia a análise dialoga e faz referência a estudos de pesquisadores, como Mainardes, Stremel e Rosa (2017) e Souza (2014, 2019), que se debruçaram sobre a metapesquisa e realizaram levantamentos importantes sobre a pesquisa no campo da política educacional. Dessa forma, buscamos capturar o cenário atual da gestão da educação e da escola no Brasil e as suas nuances.

Afinal, como propõe Alves (1992, p. 54) “A produção do conhecimento não é um empreendimento isolado. É uma construção coletiva da comunidade científica, um processo continuado de busca [...]”, assim, cada uma das teses e demais pesquisas acadêmicas têm um papel importante para a produção do conhecimento científico, pois é por meio delas, das suas contribuições, que o conhecimento pertencente a um determinado campo é complementado, refutado ou reafirmado. Portanto, é preciso conhecer as investigações já realizadas, pois elas nos ajudam na tarefa de capturar o panorama da gestão da educação e da escola em meio às reformas neoliberais e os seus pormenores, as nuances e as matizes da pesquisa em determinada temática, uma tarefa necessária e um importante ponto de partida para a elaboração de uma pesquisa.

Situando o contexto: as pesquisas sobre a gestão da educação e da escola no campo da política educacional

Conforme descrito na seção anterior, é importante conhecer os estudos que já foram realizados em determinado campo, pois esse é um dos primeiros passos da pesquisa científica, que nos oferece segurança e elementos teóricos e empíricos para qualificar e estruturar uma investigação. Alves (1922, p. 54) afirma que “A visão abrangente da área por parte do pesquisador deve servir justamente para capacitá-lo a identificar questões relevantes e a selecionar os estudos mais significativos para a construção do problema ser investigado”.

No que diz respeito ao campo da política educacional no Brasil, Mainardes, Stremel e Rosa (2017) afirmam que o mesmo se constituiu a partir do ano de 1960 com a criação de associações, como a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), criada em 1961, e se fortaleceu com o surgimento do Grupo de Trabalho 5 (GT5) (Estado e Política Educacional) no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) na década de 1980. Porém, é na década de 1990 que o campo adquire autonomia e reconhecimento, com a expansão de publicações, a criação de linhas e grupos de pesquisa específicos nos Programas de Pós-Graduação em Educação, o surgimento de redes de pesquisa, eventos científicos e periódicos que contribuíram para a ampliação dos estudos e das publicações. Todas essas ações têm contribuído para o fortalecimento do campo nas últimas três décadas (MAINARDES; STREMEL; ROSA, 2017).

Em relação às investigações que realizaram um levantamento e analisaram as pesquisas no campo da política educacional destacamos o estudo de Souza (2014), que tomou como base duzentos e quinze (215) trabalhos aprovados/apresentados nas sessões anuais do GT5 da ANPEd, entre 2000 e 2011. Segundo o autor, as pesquisas que tratam da gestão da educação (de sistema, escolar e de gestão democrática) figuram entre as principais temáticas pesquisadas no campo das políticas educacionais, correspondendo a ¼ dos estudos realizados (SOUZA, 2014).

Souza (2019) também demonstrou, por meio da análise de oitocentos e vinte e três (823) artigos publicados na Biblioteca Eletrônica Científica Online (*Scientific Electronic Library Online - SciELO*) e na Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE), as principais tendências das produções acadêmicas do campo. A gestão da escola novamente se destaca entre as investigações que integram o campo das políticas educacionais, ela “[...] responde por mais de 13% dos artigos analisados e é a principal categoria de trabalhos nesse período” (SOUZA, 2019, p. 6). Essa preocupação dos pesquisadores em investigar tais temas, segundo o autor, “[...] explicita fortemente a política educacional no ambiente escolar, rebatendo diretamente sobre trabalhadores da educação e estudantes, tal cenário favorece a maior visibilidade da gestão escolar como objeto de preocupação dos pesquisadores do campo” (SOUZA, 2019, p. 7). Já os artigos que abordam a gestão dos sistemas educacionais correspondem a 8,6% dos trabalhos analisados (SOUZA, 2019). Agrupando os escritos que abordam a gestão da escola e dos sistemas educacionais depreende-se que esses correspondem a uma quantidade relevante do total de pesquisas que abarcam o campo das políticas educacionais analisados por Souza (2019), perfazendo um total de 22,1 % do total.

No entanto, acreditamos que, mesmo diante das pesquisas realizadas, as questões e as problemáticas que envolvem a gestão da educação e da escola não se esgotaram, pois como aponta Souza (2014), a política é dinâmica, complexa e controversa, de forma que diante das novas demandas e dos novos cenários, novas pesquisas se fazem necessárias para que possamos compreender essas transformações e as suas implicações. Dessa forma, a intenção deste texto é mapear e conhecer as teses publicadas por pesquisadores (as) brasileiros (a) que abordam a gestão da educação e da escola no contexto das “novas” formas e modelos de governança, que surgem a partir das reformas neoliberais.

Procedimentos de busca e identificação do panorama geral

Primeiramente buscamos traçar um panorama da educação pública no Brasil em um contexto neoliberal, marcado pelas reformas e contrarreformas no âmbito do Estado, as quais são reverberadas para outros setores, entre eles o campo educacional e as suas políticas. Pretende-se, assim, identificar as implicações desse processo para a gestão educacional e escolar direcionando a análise para a gestão da educação e das escolas públicas das redes estaduais de ensino brasileiras, contexto para o qual lançaremos um olhar mais atento.

É importante destacar que a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) é coordenada e desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), abarca teses e dissertações de pesquisadores (a) brasileiros (as) que realizaram as suas pesquisas tanto no Brasil como no exterior. São cento e vinte três (123) instituições cadastradas (BDTD, 2020, n.p) e, apesar de a base não contemplar a totalidade das pesquisas das instituições brasileiras, ela nos permite ter o acesso a dados, como o resumo dos trabalhos e as teses completas, uma vez que o sistema direciona a busca por meio de um *link* para o repositório da universidade onde a pesquisa foi defendida, além de oferecer a possibilidade de acesso às pesquisas realizadas em um período mais longo, retroagindo ao período disponibilizado nos repositórios das universidades cadastradas, o que vem ao encontro da nossa intenção de pesquisa. Assim, a utilização da BDTD como local de coleta de dados possibilitou o acesso aos documentos (teses) que forneceram elementos para que pudéssemos conhecer mais sobre a temática estudada e as suas tendências, pois, como nos lembra Freire (2016, p. 31), citado na epígrafe desse texto, “Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”. Mapear as produções existentes e, por meio delas, encontrar contribuições, tendências e brechas a serem exploradas são maneiras de buscar o novo por meio da pesquisa.

Em relação às estratégias de pesquisa, optamos por realizar a busca avançada, uma das opções disponíveis na BDTD, uma vez que esse recurso possibilita a combinação de palavras que compõem os descritores e a utilização de operadores¹. Para viabilizar esse inventário, utilizamos os seguintes descritores: 1- *Neoliberalismo, Estado, políticas educacionais e gestão educacional ou gestão escolar*; 2- *Estado, reforma educacional e gestão baseada na escola*; 3- *Governança, educação pública e gestão educacional/escolar*; 4- *Nova gestão pública/gerencialismo, educação pública e gestão educacional/escolar*; 5- *Nova gestão pública/gerencialismo, educação pública e gestão democrática*; 6- *Plano Nacional de Educação ou PNE e Gestão Democrática*; 7- *Parcerias público-privadas e a gestão escolar* e, 8- *Gestão educacional/escolar, neoliberalismo e conservadorismo ou neoconservadorismo*. Realizamos a pesquisa em todos os campos do trabalho, sendo que direcionamos os resultados para as teses.

Inicialmente não realizamos um recorte temporal, uma vez que tínhamos como hipótese que as teses seriam posteriores aos anos de 1990, pois as reformas neoliberais que introduziram as “novas” formas e modelos de governança na administração pública em nosso país são posteriores a essa data. De fato, nossa hipótese se confirmou, pois, o trabalho mais antigo encontrado foi defendido no ano de 1997, portanto, os resultados englobam pesquisas realizadas ao longo da última década do século XX e das duas primeiras décadas do século XXI. A partir desses resultados, passamos ao processo de seleção e análise das produções. Foram desconsiderados os trabalhos que se apresentavam de forma repetida no mesmo descritor, assim, obtivemos um total de cento e seis (106) pesquisas², conforme podemos visualizar na Tabela abaixo.

¹ A BDTD, a exemplo de outras bases utilizadas no âmbito da pesquisa acadêmica, possibilita a utilização de operadores lógicos booleanos, os quais permitem a delimitação da busca a partir da combinação de termos ou descritores. Na base, são disponibilizados os operadores “AND” (em português “e”), “OR” (em português “ou”) e “NOT” (em português “não”). Em relação à nossa investigação, mesmo com a utilização de descritores mais longos, o emprego do operador “AND” e do operador “OR” nos permitiu delimitar e direcionar os resultados para que esses fossem mais próximos da nossa intenção e do *lôcus* da pesquisa, que é a gestão educacional/escolar, mesmo sem a utilização de um recorte temporal específico.

² O banco de dados relativo ao levantamento que gerou este artigo, com o detalhamento dos resultados (Teses) por descritor, estratégias de busca, trabalhos selecionados para o estudo, incluindo dados como autor, ano de defesa, orientador, instituição, resumo e link que direciona para a Tese na íntegra, encontra-se disponível integralmente e gratuitamente no *ResearchGate* por meio do endereço: <<http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.24144.43527>>. Para a construção do banco de dados utilizamos como referência o trabalho de Kuligovski e Stremel (2020).

Tabela 1 - Descritores e resultados (Teses) acerca da gestão da educação e da escola a partir dos marcos da reforma neoliberal (1997-2020)

Descritor	Resultados
1. Neoliberalismo, Estado, políticas educacionais e gestão educacional ou gestão escolar ³	31
2. Estado, reforma educacional e gestão baseada na escola ⁴	29
3. Governança, educação pública e gestão educacional/escolar	17
4. Nova gestão pública/gerencialismo, educação pública e gestão educacional/escolar ⁵	10
5. Nova gestão pública/gerencialismo, educação pública gestão democrática ⁶	5
6. Plano Nacional de Educação ou PNE e Gestão Democrática	10
7. Parcerias público-privadas e a gestão escolar	4
8. Gestão educacional/escolar, neoliberalismo e conservadorismo ou neoconservadorismo	0
Total	106

Fonte: Elaborada pelos autores (2020).

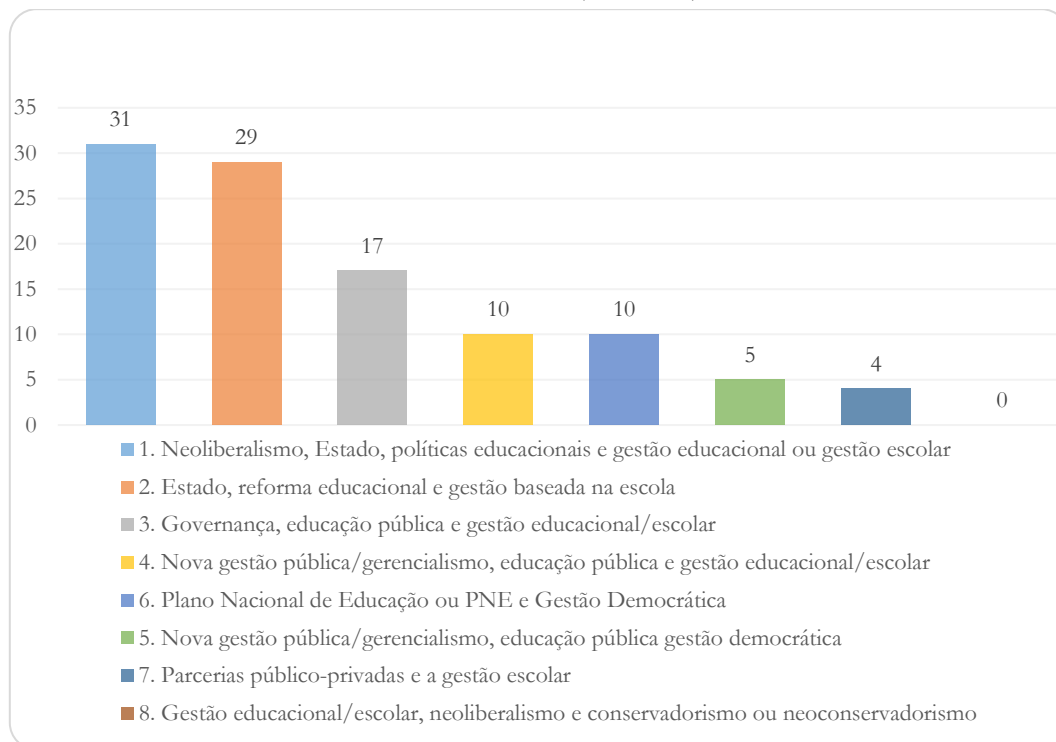
A Tabela 1 permite inferir os descritores que abarcam uma quantidade maior de pesquisas, com destaque para: 1º- Neoliberalismo, Estado, políticas educacionais e gestão educacional ou gestão escolar, com 31 resultados; 2º -Estado, reforma educacional e gestão baseada na escola, com 29 resultados; 3º- Governança, educação pública e gestão educacional/escolar, com 17 resultados; 4º - Nova gestão pública/gerencialismo, educação pública e gestão educacional ou escolar; e, Plano Nacional de Educação ou PNE e gestão democrática, ambos com 10 resultados; 5º- Nova gestão pública/gerencialismo, educação pública e gestão democrática com 05 resultados e, 6º- Parcerias público-privadas e gestão escolar com 04 resultados. Já o descritor Gestão educacional/escolar, neoliberalismo e conservadorismo ou neoconservadorismo não apresentou resultados. A busca realizada, com o quantitativo apresentado pelos descritores, pode ser visualizada no gráfico abaixo (Gráfico 1).

³ Utilizamos como estratégia de busca os seguintes termos “Neoliberalismo AND Estado AND políticas educacionais” e acrescentamos um grupo de busca, recurso que possibilita a combinação dos termos utilizados no grupo aos campos anteriores, utilizamos os termos “gestão educacional OR gestão escolar” no grupo de busca e, para dar ênfase à gestão escolar, utilizamos o diacrítico circunflexo “^”, que dá maior valor ao termo e permite focalizar os trabalhos que abordam gestão escolar associada aos termos anteriores utilizados no campo de busca.

⁴ No segundo descritor utilizamos a estratégia de busca “Estado AND reforma educacional AND gestão baseada na escola^”, a gestão da escola teve um peso maior na busca com a utilização do operador diacrítico circunflexo “^”.

⁵ Com esse descritor utilizamos a seguinte estratégia de busca: “Nova gestão pública”, entre aspas, pois os termos deveriam aparecer associados, também foram acrescentados os termos OR gerencialismo AND “educação pública” entre aspas, uma vez que nossa intenção é pesquisar a utilização dessa perspectiva de gestão na educação pública, somados à expressão “AND gestão educacional OR gestão escolar^”, a exemplo das buscas anteriores focalizamos os resultados no último descritor, com a utilização do operador diacrítico circunflexo “^”.

⁶ Utilizamos como estratégia de busca “Nova gestão pública”, entre aspas, pois os termos deveriam aparecer associados, seguido de OR gerencialismo, AND “educação pública” entre aspas e a expressão “AND gestão democrática”.

Gráfico 1 - Resultados (nº de Teses) por descritor acerca da gestão da educação e da escola a partir dos marcos da reforma neoliberal (1997-2020)

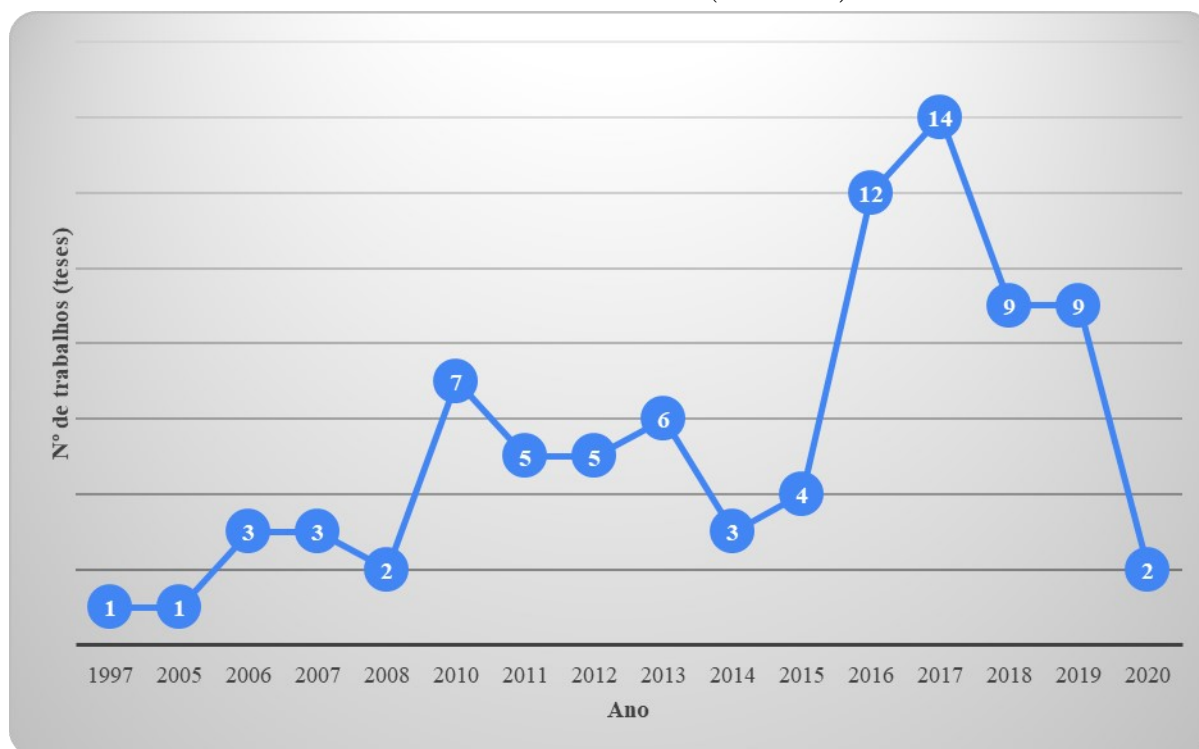
Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Nota: Gráfico elaborado a partir dos resultados da pesquisa.

O panorama evidenciado torna possível a identificação do cenário atual, uma vez que há vários trabalhos que abordam o neoliberalismo, os seus preceitos, a reforma educacional, todavia, quando direcionamos esses estudos para o âmbito da gestão da educação e da escola, visando identificar como esses processos se materializam nesse contexto e quais as implicações da adoção das “novas” formas e modelos de governança, oriundos das reformas no âmbito do estado e da administração pública para a materialização da gestão democrática, há lacunas e brechas que podem ser objeto de novas pesquisas. Não encontramos trabalhos que abordam a relação entre gestão educacional/escolar e o neoliberalismo, conservadorismo ou neoconservadorismo. Entendemos que a materialização do neoconservadorismo é recente e tem se fortalecido no país, principalmente após o ano de 2016, quando ocorreu o *impeachment* da presidente Dilma Vana Rousseff, evidenciando os grupos alinhados a esses preceitos. A eleição de Jair Messias Bolsonaro a presidência, em 2018, se constitui em outro fato importante para o avanço do neoliberalismo e neoconservadorismo no Brasil. Acreditamos que há pesquisas sobre a temática em andamento, no entanto, devido ao tempo necessário para a conclusão de um curso de doutorado e para a elaboração de uma tese, essas ainda não foram defendidas e publicadas. Julgamos importante conhecer esses processos recentes, suas pautas e políticas e sua implicação para o campo educacional, em especial, relacionados à gestão da educação e da escola.

Na sequência, realizamos a junção das tabelas elaboradas para o tratamento dos dados com todos os resultados obtidos e percebemos que alguns trabalhos se repetiam em mais de um descritor. Assim, descartamos as pesquisas repetidas e obtivemos um total de oitenta e seis (86) trabalhos. Após esse procedimento, foi realizado um estudo do quantitativo relacionando às produções e ao ano de defesa das teses. Os resultados podem ser observados no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Distribuição quantitativa anual das pesquisas (Teses) acerca da gestão da educação e da escola a partir dos marcos da reforma neoliberal (1997 a 2020)



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Nota: Gráfico elaborado a partir dos resultados da pesquisa.

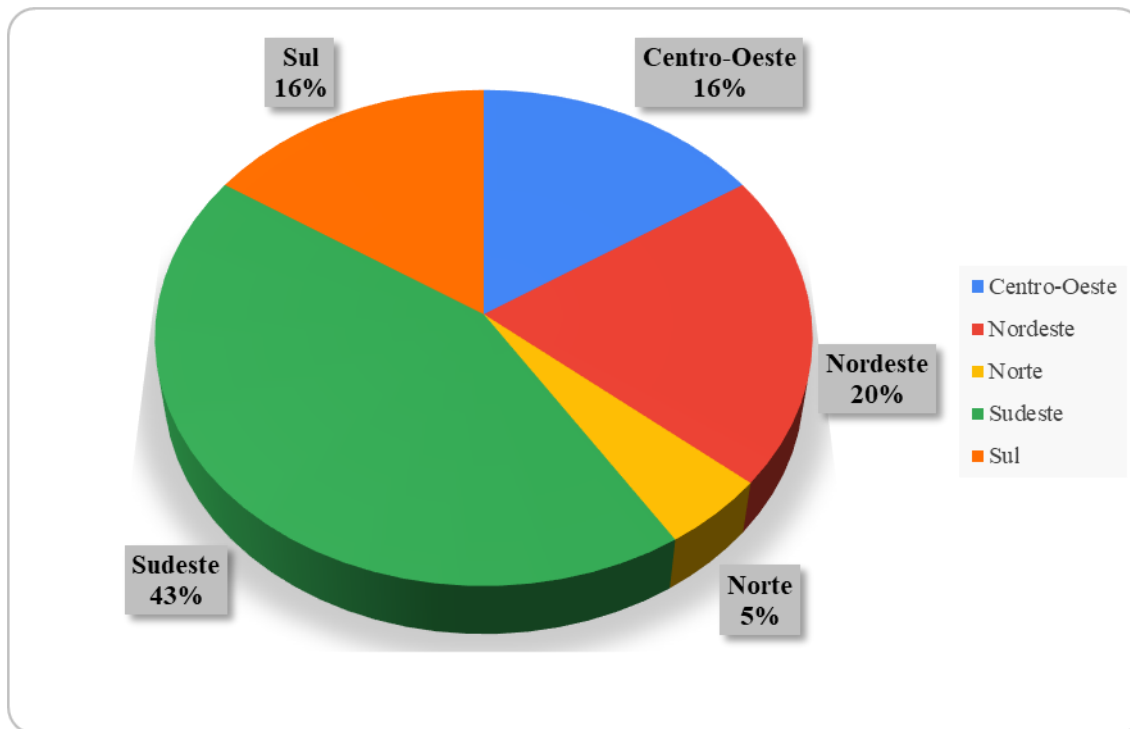
Percebe-se, como já destacamos, que a primeira Tese localizada remonta ao ano de 1997, ou seja, a década de 1990, quando se inicia a reforma do aparelho do Estado no Brasil, período em que há o espraiamento do neoliberalismo e dos seus preceitos na América Latina. Ao longo dos anos de 2000 observa-se um crescimento das produções, o que sugere uma preocupação dos pesquisadores em relação às temáticas abarcadas pelos descritores, essa tendência ocorre até o ano de 2017⁷, a partir do qual se observa uma queda das produções, o que nos leva a pensar em possíveis explicações, dentre as quais as medidas governamentais de cortes e o congelamento de gastos públicos, o que impacta no desenvolvimento da pesquisa, principalmente, no que diz respeito à Pós-Graduação no âmbito do curso de doutorado. Essa não é a intenção desse escrito, mas é algo que merece uma investigação mais detalhada.

Em relação às origens das produções, identificamos as universidades onde as mesmas foram defendidas e a sua inserção nas regiões geográficas brasileiras. Todavia, é importante destacar que nem sempre o objeto de estudo e a realidade pesquisada dizem respeito à região onde a universidade está localizada. No entanto, os dados nos permitem perceber como essas pesquisas estão distribuídas no nosso país, evidenciando também a dificuldade de acesso aos Programas de Pós-Graduação nas diferentes regiões brasileiras. Podemos inferir isso por meio dos dados, pois a região Sudeste, onde se localiza a maior parte desses Programas, apresenta um número maior de resultados, seguida da região Nordeste, Sul e Sudeste. A região que apresentou resultados menores é a região Norte, que possui uma quantidade pequena de Programas de Pós-Graduação, sobretudo

⁷ A pesquisa na BDTD foi realizada na segunda quinzena de novembro e primeira quinzena de dezembro de 2020, portanto, considera os trabalhos anexados à base até essa data. Salienta-se que trabalhos defendidos em 2020 podem ainda não ter sido anexados à base, o que se constitui em mais um fator que nos ajuda a entender a queda das produções no ano em questão.

em Educação, se comparada com as demais. Os resultados também apontam para a existência de grupos de pesquisa que se dedicam às temáticas abarcadas pelos descritores, citados pelas teses selecionadas.

Gráfico 3 - Distribuição geográfica no Brasil das Teses acerca da gestão da educação e da escola a partir dos marcos da reforma neoliberal (1997-2020)



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Nota: Gráfico elaborado a partir dos resultados da pesquisa.

Na sequência, observamos a natureza das instituições em que os trabalhos foram defendidos, sendo que 79% das teses foram desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação de instituições públicas de ensino; 21% em universidades estaduais e 58% em universidades federais. As pesquisas defendidas em instituições privadas equivalem a 21% do total das pesquisas.

Após a análise mais geral dos trabalhos passamos a leitura do título, palavras-chave e resumo, dessa forma, procedemos com a seleção das teses que se aproximavam da nossa intenção de pesquisa e a exclusão das demais. Conforme Bardin (2016, p. 126) “O *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”. Para a seleção dos documentos (teses) seguimos as regras propostas por Bardin (2016), que correspondem à regra da exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Com a adoção desses procedimentos, selecionamos vinte e cinco (25) trabalhos que constituem o nosso *corpus* documental. Convém ressaltar que o conjunto de oitenta e seis (86) teses obtidas, por meio dos procedimentos de busca, aborda a gestão da educação e da escola a partir dos marcos da reforma neoliberal abarcando os anos de 1997 a 2020, todavia, as vinte e cinco (25) teses selecionadas colocam em tela as “novas” formas e modelos de governança da educação e da escola, objeto da nossa investigação. Esse grupo de teses está distribuído entre os anos de 2006 a 2020. Portanto, a análise que será realizada na sequência diz respeito ao período temporal compreendido pelas Teses selecionadas. Nesse processo de seleção também observamos as nossas pretensões de pesquisa.

Assim, optamos por manter os vinte e cinco (25) trabalhos devido à pertinência e relevância das pesquisas, porém, decidimos realizar a análise a partir dos resumos e, caso o mesmo não apresentasse informações suficientes, procedemos a leitura da introdução e das conclusões, com vistas a identificar as contribuições para o campo da gestão educacional e escolar, as tendências, os direcionamentos e as possíveis lacunas em relação à temática que poderão ser observadas e aprofundadas em pesquisas futuras.

“Novas” formas e modelos de governança e a gestão educacional e escolar no Brasil: materializações, tendências e direcionamentos

Após a definição dos trabalhos, realizamos uma nova leitura dos resumos e, quando necessário, das partes já detalhadas, para que a partir desses procedimentos pudéssemos realizar a categorização temática dos trabalhos conforme uma das técnicas da Análise de Conteúdo propostas por Bardin (2016). As categorias correspondem a uma “[...] espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem” (BARDIN, 2016, p. 43). Assim, durante a leitura e a releitura dos trabalhos, identificamos os seus elementos comuns, o que nos permitiu agrupá-los da seguinte forma:

Quadro 1 - Categorização das Teses incluídas no estudo sobre as “novas” formas e modelos de governança e a gestão da educação e da escola (2006-2020)

Categoria	Tese	Autor	Instituição	Código
Neoliberalismo: ressignificação do Estado e da gestão da educação	A ideologia da pós-modernidade e a política de gestão educacional brasileira	Zanardini (2006)	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Tese 1
	O ideário da CEPAL e as propostas de políticas educacionais para o Rio Grande do Sul: 1998-2014	Benetti (2017)	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	Tese 2
	Três ensaios sobre economia da educação	Arruda (2017)	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Tese 3
	Gestão e avaliação da educação: o Avaliando IDEPB e o Prêmio Escola de Valor - o projeto de formação humana no contexto da hegemonia neoliberal	Cavalcante (2018)	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Tese 4
As diferentes faces das novas formas de governança da/na gestão educacional/escolar: novos atores e formas de atuação	Princípio da subsidiariedade, corporativismo e educação: para a crítica da gestão participativa	Bezerra (2010)	Universidade Federal do Ceará (UFC)	Tese 5
	Programa de gestão única da rede pública de ensino de Mato Grosso: acesso ao sistema único pela via neoliberal	Correia (2010)	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Tese 6
	Gestão, avaliação e qualidade da educação: contradições e mediações entre políticas públicas e prática escolar no Distrito Federal	Araújo (2011)	Universidade de Brasília (UNB)	Tese 7
	Concepções de gestão nos programas do instituto Ayrton Senna no contexto de alterações no papel do estado e da sociedade civil	Costa (2011)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Tese 8

	O processo de implementação de reformas gerenciais na educação básica: São Paulo (2007-2010) e Minas Gerais (2004-2010) em perspectiva comparada	Prado (2012)	Fundação Getúlio Vargas (FGV)	Tese 9
	Política educacional paulista (1995-2012): dos primórdios da reforma empresarial neoliberal à consolidação do modelo gerencial	Dantas (2013)	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Tese 10
	“Novas formas” de gestão da escola pública: implicações sobre o processo de democratização da gestão	Nascimento (2015)	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Tese 11
	As parcerias público/privadas e as feições da gestão gerencial na educação	Alves (2015)	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Tese 12
	Responsabilização na administração da educação: a política de responsabilidade educacional como engrenagem de controle de resultados	A.S. Souza (2016)	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Tese 13
	A gestão integrada da escola no estado do Rio de Janeiro (2011-2014): consensos e disputas	Oliveira (2016)	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Tese 14
	Gerencialismo e performatividade na gestão educacional do Estado de São Paulo	Parente (2016)	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Tese 15
	Políticas de educação e terceiro setor: o pacto pela educação do Pará	Queiroz (2018)	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Tese 16
	Redes de Influência em Mato Grosso: o Estado e as Parcerias Público-Privadas e a Reconfiguração da Política Educacional na Rede Estadual de Ensino	Silva (2018)	Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	Tese 17
	A política de accountability na educação básica e os efeitos da avaliação externa no ensino e na gestão escolar: um estudo no município de Santa Maria/RS	Amestoy (2019)	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Tese 18
	A nova gestão pública na educação em Minas Gerais e Pernambuco: as políticas, os atores e seus discursos	Duarte (2019)	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Tese 19
Dirigentes escolares no “olho do furacão”	Reformas educacionais e gestão democrática no estado do Acre: repercussões no trabalho do núcleo gestor da escola	Melo (2010)	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Tese 20
	A gestão escolar como arena política: impasses do novo gerencialismo	D.Q.M. Souza (2016)	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Tese 21
	Processos de provimento, exigências e atribuições para os dirigentes escolares em contextos de reformas gerencialistas	Drabach (2018)	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Tese 22
A gestão democrática na contramão das reformas	Gestão democrática, educação e cidadania: um olhar crítico a partir de fontes bibliográficas	Dias (2015)	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Tese 23

	A gestão pública das políticas educacionais para a efetivação democrática do direito à educação no Brasil: da democracia cognitiva à democracia participativa	Ciena 2016	Universidade de São Paulo (USP)	Tese 24
	O efeito da gestão democrática na Escola Estadual De Ensino Médio Professor João Bento da Costa do Município de Porto Velho entre os anos de 2011 a 2017: um estudo de caso	Freitas (2019)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Tese 25

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A partir desse procedimento, emergiram quatro categorias *a posteriori*, nas quais foi possível relacionar os trabalhos selecionados. Para a identificação das teses utilizamos um sistema de codificação com a utilização da palavra “Tese” associada aos números de 1 a 25, que correspondem aos documentos selecionados. As categorias inferidas e o número de teses que engloba cada uma delas ficaram assim definidos: 1) *Neoliberalismo: ressignificação do Estado, da educação e suas formas de gestão*, com quatro (4) teses (16 % do total de trabalhos selecionados); 2) *As diferentes faces das “novas” formas e modelos de governança da/ na gestão educacional/ escolar: novos atores, princípios e formas de atuação*, que abarca quinze (15) teses (60% do total de trabalhos selecionados); 3) *Dirigentes escolares no “olho do furacão”*, com três (3) teses (12 % do total de trabalhos selecionados); e, 4) *A gestão democrática na contramão das reformas*, que apresenta três (3) teses (12% dos trabalhos selecionados).

Em relação ao *lôcus* de pesquisa das teses, identificamos que dois (2) trabalhos (Tese 1 e Tese 23) abordam aspectos mais gerais da gestão educacional e escolar, atravessadas pelas reformas neoliberais no âmbito nacional; três (3) pesquisas (Tese 8, Tese 13 e Tese 18) investigam a temática, tendo como referência as redes municipais de ensino e as suas escolas; e vinte (20) pesquisas (conforme o Quadro 2) investigaram a gestão da educação ou da escola das redes estaduais de ensino brasileiras, perfazendo um total de quinze (15) unidades federativas, uma vez que algumas pesquisas analisaram mais de uma realidade e algumas delas foram investigadas por diferentes pesquisas, o que corresponde a 55% das redes estaduais de ensino brasileiras.

Quadro 2 - Locus/abrangência das pesquisas selecionadas (2006-2020) sobre a gestão da educação e da escola no contexto das “novas” formas e modelos de governança

Locus/abrangência da pesquisa	Tese
Âmbito Nacional- aspectos gerais	Tese 1
	Tese 23
Redes Estaduais de Ensino	
Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul	Tese 2
Rede Estadual da Paraíba e Ceará	Tese 3
Rede Estadual da Paraíba	Tese 4
Rede Estadual do Ceará	Tese 5
Rede Estadual do Mato Grosso	Tese 6
Rede Estadual do Distrito Federal	Tese 7
Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais e São Paulo	Tese 9
Rede Estadual de Ensino de São Paulo	Tese 10
Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina	Tese 11
Rede Estadual de Ensino do Maranhão	Tese 12
Rede Estadual do Rio de Janeiro	Tese 14
Rede Estadual de Ensino de São Paulo	Tese 15
Rede Estadual de Ensino do Pará	Tese 16
Rede Estadual de Ensino do Mato Grosso	Tese 17
Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais e Pernambuco	Tese 19
Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais e Rio de Janeiro	Tese 22
Rede Estadual de Ensino do Acre	Tese 20

Rede Estadual de Pernambuco	Tese 21
Rede Estadual de Ensino do Paraná	Tese 24
Rede Estadual de Ensino de Rondônia	Tese 25
Redes Municipais de Ensino	
Rede Municipal de Ensino de Santa Maria- Rio Grande do Sul	Tese 18
Rede Municipal de Ensino de Mossoró- Rio Grande do Norte	Tese 13
Rede Municipal de Ensino de Cáceres- Mato Grosso	Tese 8

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

É importante destacar que, conforme Bardin (2016), a Análise de Conteúdo deve obedecer às seguintes fases: *pré-análise, exploração do material, tratamento dos dados e interpretações*. Entendemos que as três primeiras fases foram demonstradas até a presente seção. Na sequência, apresentamos a descrição, a análise e a interpretação das categorias inferidas a partir das contribuições das teses selecionadas.

Neoliberalismo: ressignificação do Estado e da gestão da educação

Os quatro trabalhos, Teses 1 a 4, que abarcam a categoria *Neoliberalismo: ressignificação do Estado e da gestão da educação*, abordam a relação entre o capitalismo e o Estado que, a partir dos anos de 1980, passou por transformações com o avanço do neoliberalismo. Os estudos compreendem as reformas educacionais, da gestão da educação e da escola como parte integrante das reformas do estado brasileiro (Tese 1); demonstram como essas foram reverberadas para outras esferas e espaços subnacionais, dentre as quais a esfera educacional, se materializando por meio das políticas educacionais das redes estaduais de ensino, em especial, no estado do Rio Grande do Sul, durante os governos do período de 1998 a 2014 (conforme aponta a Tese 2), Paraíba e Ceará (Tese 3), Paraíba (Tese 4).

Na esteira dessas mudanças, os organismos internacionais tiveram um papel central no espraiamento do ideário neoliberal, pois suas recomendações foram sendo incorporadas ao Estado e as suas políticas, como aponta a Tese 2, que investiga o papel da Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CEPAL) e a sua influência nas políticas educacionais no Rio Grande do Sul. Nos documentos da CEPAL, o discurso de melhoria da gestão, tanto do Estado como da/na educação é muito presente, ao destacar que não é necessário investir mais, mas investir melhor. Em suma, o problema não é a falta de recursos, mas sim a sua administração, que precisa ser reformada. No que diz respeito à gestão educacional e escolar, as reformas realizadas têm como um dos seus princípios centrais a eficiência mercadológica, um dos valores das “novas racionalidades” propostas pelo ideário neoliberal. Além disso, a educação é considerada um setor estratégico para a economia e o controle social (Tese 1).

Portanto, a educação deve estar alinhada ao ideário neoliberal. Em vista disso, a gestão educacional e escolar constitui-se em *locus* de operacionalização e introdução do *modus operandi* do neoliberalismo, a sua administração deve ser reformada de modo a atender esses fins. Uma série de recomendações com vistas a modernizar, mensurar e controlar as atividades a serem realizadas na educação e na escola são propostas pelos atores hegemônicos globais, elas adentram as redes educacionais públicas brasileiras por meio de reformas e contrarreformas em curso.

Dentre os mecanismos inferidos pelas pesquisas destacam-se: descentralização, autonomia e avaliação de resultados (Tese 1), mensuração do desempenho educacional do estudante por meio de avaliações de larga escala, caracterização da escola e do professor a partir do resultado dessas avaliações, incentivos que relacionam o pagamento dos professores ao desempenho dos estudantes, realização de parceiras público-privadas, elaboração de sistemas de avaliação próprio das redes (Tese 3), mecanismos de premiações para estudantes e gestores (Tese 4). Denota-se uma

ênfase nos processos de avaliação, ou seja, o foco do processo educativo está no resultado e nos mecanismos para a sua aferição, treinamentos e incentivos que promovam o seu incremento, introdução de formas de ranqueamento e competição entre as escolas. É importante destacar que a avaliação faz parte do processo pedagógico, no entanto, as formas de avaliação presentes no projeto de formação neoliberal se reduzem a números e a provas padronizadas que possibilitam a mensuração, classificação e controle dos resultados.

Todavia, mesmo com o avanço neoliberal das reformas que se iniciaram nos anos de 1980, em âmbito global, e a partir dos anos de 1990, no Brasil, a materialização desses processos não ocorre de forma homogênea e sem embates. Segundo a Tese 4, apesar da construção e desenvolvimento de um projeto formativo de hegemonia neoliberal há possibilidades de se construir outros projetos, pois os sujeitos sociais da escola nos apresentam indícios de resistência às transformações em curso e as suas proposições.

As diferentes faces das “novas” formas e modelos de governança da/na gestão educacional/escolar: novos atores, princípios e formas de atuação

A segunda categoria inferida abarca uma quantidade maior de trabalhos (Tese 5 a 19) correspondendo a quinze (15) pesquisas, o que representa um total de 60% dos trabalhos selecionados. As investigações nos mostram que as “novas” formas e modelos de governança no campo da gestão da educação e da escola têm como atores, além das estruturas de governo, os setores empresariais e o chamado terceiro setor. Ou seja, as reformas e as mudanças na legislação brasileira permitiram que empresas privadas, institutos e organizações adentrassem a esfera pública, influenciando a condução das suas políticas, atuando diretamente na oferta de produtos e de serviços educacionais, trazendo implicações para a gestão da educação e da escola.

No que diz respeito à gestão da educação e da escola, as teses apontam que essa é pautada, a partir dos anos de 1990, pelos princípios do Gerencialismo ou Nova Gestão Pública, que, no âmbito das pesquisas, se apresentam como sinônimos. Esse processo se fortalece e se consolida ao longo dos anos de 2000, de diferentes formas nas redes públicas. Algumas dessas formas de materialização e os novos atores que passam a atuar na esfera pública educacional são objetos das pesquisas analisadas, como podemos observar no quadro abaixo (Quadro 3).

Quadro 3 - Faces das “novas” formas e modelos de governança na gestão da educação e da escola: materializações e atores (2006-2020)

Tese	Programa/Política e atores envolvidos	Descrição
Tese 6	Programa de Gestão Única da Rede Pública de Ensino do Mato Grosso	Programa instituído na Secretaria Estadual de Educação do Estado do Mato Grosso que apresenta princípios neoliberais.
Tese 7	Gestão Compartilhada e o Sistema de Avaliação do Desempenho das Instituições do Sistema de Ensino do Distrito Federal (SIADE)	Programas elaborados pela Secretaria de Educação do Distrito Federal que introduziu métodos e técnicas oriundos da lógica empresarial no processo educativo, reduzindo a avaliação aos testes padronizados que responsabilizam a escola e os seus sujeitos pelos resultados alcançados.
Tese 8	Parcerias Público-Privadas e o Instituto Ayrton Senna no município de Cáceres no Mato Grosso	Parceria público-privada entre a Secretaria Municipal de Cáceres-MT e o Instituto Ayrton Senna (IAS), por meio de convênio firmado pelo período de uma década, ocasionando mudanças na legislação municipal e na organização e gestão das escolas de forma a atender as exigências do instituto.
Tese 12	Programa Gestão Nota 10 do Instituto Ayrton Senna (IAS) na	Programa instituído na rede estadual de ensino do Maranhão por meio de parceria público-privada com o Instituto Ayrton

	rede estadual de ensino do Maranhão	Senna (IAS), tendo como foco a gestão escolar, introduzindo uma lógica gerencial.
Tese 13	Política de Responsabilidade Educacional (PRE) no Município de Mossoró- Rio Grande do Norte (Lei municipal 2.717/2010)	Embora o Brasil não possua uma Lei de Responsabilidade Educacional, o município de Mossoró, no Rio Grande do Norte, aprovou por meio da Lei municipal Nº 2.717/2010 a Política de Responsabilidade Educacional (PRE), que instituiu processos de responsabilização focalizados no controle dos resultados, pagamento de premiações financeiras e simbólicas, além de reforçar a vigilância e o controle sobre o trabalho de professores e equipes gestoras.
Tese 14	Gestão Integrada da Escola (GIDE) no Estado do Rio de Janeiro	O governo do Estado do Rio de Janeiro inseriu no cotidiano da escola a Gestão Integrada da Escola (GIDE), um sistema de gerenciamento estratégico com foco nos resultados, com o objetivo de elevar a qualidade de ensino e alcançar os melhores índices no <i>ranking</i> de avaliação nacional.
Tese 16	Relação Público-privada e Pacto pela Educação do Pará	Programa instituído na rede pública estadual paraense, articulado aos interesses dos setores público e privado. A criação do Pacto pela Educação do Pará é decorrente de empréstimos obtidos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do alinhamento às suas recomendações para o campo da educação.
Tese 17	Parceria Público-Privada e o Projeto de Estudos e Intervenção Pedagógica (PEIP) da rede pública estadual do Mato Grosso, atuação do Grupo Falconi e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).	Política de avaliação e intervenção pedagógica, fruto de parceria entre a rede pública estadual do Mato Grosso, o grupo Falconi e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que introduziu uma lógica gerencialista e performativa nas escolas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Nota: Quadro elaborado a partir dos resumos das teses selecionadas.

Observa-se que 53% das teses que integram a categoria *As diferentes faces das “novas” formas e modelos de governança da/ na gestão educacional/ escolar: novos atores, princípios e formas de atuação* investigam programas, projetos e políticas que materializam as “novas” formas de governança nos sistemas de ensino e nas escolas públicas. Entre os atores que influenciam e atuam no campo das políticas educacionais e suas formas de gestão, identificados pelas teses pesquisadas, estão os organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que ao conceder empréstimo faz recomendações alinhadas à lógica neoliberal, induzindo parcerias entre as secretarias de educação e o terceiro setor (Tese 16), o que reafirma o papel desses organismos como apontaram os estudos da categoria 1.

Já entre as instituições que englobam o chamado terceiro setor, evidencia-se a presença do Instituto Ayrton Senna (IAS), tanto nas secretarias municipais como estaduais de educação, por meio de programas de premiação à gestão, oferta de serviços educacionais voltados a resultados e ao controle dos mesmos por meio de sistemas tecnológicos (Tese 8 e Tese 12). Conforme Peroni e Comerlato (2017, p. 115) “O IAS se autodenomina, publicamente, como uma entidade do ‘terceiro setor’ e se apresenta como uma Organização Não Governamental (ONG), sem fins lucrativos (criada em 1994, após a morte do piloto Ayrton Senna)”. As autoras salientam que “O IAS caracteriza o ensino público brasileiro como ineficiente e ineficaz, intitulado-se como aquele que apresenta a ‘fórmula’ de superação do fracasso escolar” (PERONI; COMERLATO, 2017, p. 116) e, com essa justificativa, tem empreendido ações tanto em sistemas de ensino como nas escolas públicas brasileiras. Uma das soluções apresentadas pelo IAS é o Programa Gestão Nota 10, investigado pela Tese 12, que introduziu um modelo de gestão gerencial na rede pública estadual do Maranhão. Por meio da implementação do programa, o IAS anuncia ser possível alcançar

melhores resultados, porém essa concepção se resume “[...] aos resultados de eficácia e eficiência [...] fruto da sua visão particular de educação e ensino [...] o que também caracteriza a sua proposta de gerencialismo e/ou a lógica de mercado na gestão da educação pública” (PERONI; COMERLATTO, 2017, p. 120).

Além do IAS evidenciamos a presença do grupo Falconi (Tese 17) atuando junto à rede pública estadual de ensino do Mato Grosso, com a oferta de soluções educacionais focalizada em resultados. Observamos também que o grupo Falconi tem relação com o Programa Gestão Integrada da Escola (GIDE) que foi apresentado pela Tese 14. Souza, J. (2016) destaca que a GIDE tem sua origem ligada à uma empresa privada de consultoria de gestão, a Fundação Cristiano Ottoni, da qual Vicente Falconi fazia parte antes da criação do grupo de consultoria que hoje leva o seu nome.

Garcia (2019, p. 87) afirma que “O setor privado com fins lucrativos também se beneficia das reformas gerenciais do que é exemplo a atuação da Consultoria Falconi”. O levantamento realizado pela autora apontou a atuação do grupo Falconi nas seguintes secretarias estaduais de educação: “[...] Rondônia (2013-2014); Pará (2016); Ceará (2001-2007); Pernambuco (2007-2010); Sergipe (2005-2006); Bahia (2009); Rio de Janeiro (2010- 2012) e São Paulo (2008 e 2016)” (GARCIA, 2019, p. 87). A partir da Tese 17 podemos acrescentar a essa lista a rede pública estadual do Mato Grosso (2016). Segundo notícia disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Educação Esporte e Lazer (Seduc) do Mato Grosso, a parceria entre a Secretaria e o Grupo Falconi possibilitaria a capacitação de “[...] 754 diretores escolares e 100 multiplicadores [...] com [...] ações estruturantes, focadas na melhoria do resultado e redução da desigualdade (SAGGIN, 2016, n.p). Além de atuar na formação com foco gerencial, essas empresas têm um grande interesse econômico na oferta desse tipo de serviço, como podemos observar em notícia divulgada pela Seduc do Mato Grosso: “A consultoria contempla diversas etapas e diferentes tempos para executar cada uma delas. Ao todo, serão investidos R\$ 5,9 milhões” (SAGGIN, 2016, n. p). Ou seja, uma grande quantidade de recursos públicos é destinada a grupos dos setores privados e ao terceiro setor. Na esteira das mudanças vivenciadas na legislação brasileira, Evangelista e Shiroma (2019, p. 12) enfatizam que “Empresários do setor privado defendem e fazem coro pela ampliação de recursos destinados às áreas sociais que se abrem como novos mercados potenciais para suas empresas”. Esses concebem a educação pública como um nicho de mercado, como uma possibilidade de expansão dos seus lucros e princípios.

No que tange à origem dessas transformações, observamos que 93% dos trabalhos que a categoria “As diferentes faces das “novas” formas e modelos de governança da/na gestão educacional/escolar: novos atores, princípios e formas de atuação” abarca compreendem as novas políticas, programas e projetos como desdobramentos da Reforma do Estado e da reforma educacional. Todavia, apesar das distintas realidades evidenciadas pelas pesquisas, podemos identificar alguns princípios comuns que configuram as “novas” formas de governança como podemos observar no quadro que segue (Quadro 4).

Quadro 4 - Princípios das “novas” formas e modelos de governança evidenciados nas teses selecionadas (2006-2020)

Princípios	Tese
Ideais neoliberais	Tese 6
Estado empreendedor	Tese 17
Submissão do Estado e suas políticas aos grupos econômicos	Tese 16
Introdução da lógica empresarial na gestão da educação e da escola pública	Tese 5, 7, 10, 11, 15, 18 e 19
Gerencialismo	Tese 9, 10 e 17
Eficiência	Tese 7, 15, 18 e 19
Avaliação com foco nos resultados quantificáveis	Tese 12, 13, 15, 18 e 19
Performatividade	Tese 16 e 17
<i>Accountability</i>	Tese 5, 8, 18, 13
Parcerias Público-privadas	Tese 8, 12, 16, 17
Premiação por desempenho e competição	Tese 12, 13 e 18
Controle e vigilância	Tese 8,13 e 14
Seleção de diretores com base em critérios técnicos	Tese 8

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Nota: Quadro elaborado a partir dos resumos das teses selecionadas.

As teses denotam que esses princípios estão associados direta e indiretamente ao neoliberalismo e a sua forma de conceber e direcionar a administração pública, o qual propõe uma mudança no papel e na atuação do Estado. Na perspectiva das reformas neoliberais “O lugar da política social no Estado Social-liberal é deslocado: os serviços de saúde e educação, dentre outros, serão contratados e executados por organizações públicas não-estatais competitivas (BEHRING, 2008, p. 173). Dessa forma, as políticas sociais, dentre elas as educacionais, passam a ser ofertadas por meio das parcerias público-privadas. Souza (2019, p. 15), a partir das análises dos artigos da SciELO e da RBP AE, destaca que as parcerias entre o público e o privado na educação se constituem em um “[...]fenômeno crescente nos últimos anos que vai em direção à privatização da educação”. As teses selecionadas apontam para essa direção, embora a sua materialização ocorra de maneira distinta em cada realidade.

As pesquisas mostram que esses mecanismos são oriundos do mercado, do setor empresarial ou do terceiro setor, com foco na eficiência, na eficácia, em resultados quantificáveis, que passam a orientar a gestão da educação e da escola sem considerar as suas especificidades e singularidades, os seus fins que muito diferem dos fins empresariais. Políticas gerencialistas, performativas e *accountability*⁸ estão presentes nas realidades analisadas pelas pesquisas e têm como objetivo a responsabilização dos dirigentes escolares, dos professores e das escolas pelos resultados apresentados, geralmente medidos pela régua das avaliações padronizadas, às quais é resumida e inferida a qualidade da educação. Os estudos também apontam para a introdução de tecnologias de vigilância e controle, que limitam a autonomia da escola e dos seus sujeitos.

A adoção desses princípios tem modificado até mesmo as formas de seleção dos dirigentes escolares, como destaca a Tese 8. Após parceria entre a Secretaria Municipal de Educação de Cáceres (MT) e o IAS, os diretores de escola passaram a ser escolhidos com base em critérios técnicos, o que denota uma concepção do diretor como um “gerente empresarial”. Outro

⁸ O termo *accountability* “[...] na extensa maioria dos casos em que é utilizado, associa-se muito mais a orientações políticas gerenciais, que conferem caráter redutor e negativo ao vocábulo, do que a uma lógica progressista e democratizante de gestão educacional” (SCHNEIDER; NARDI, 2013, p. 31). Conforme Schneider e Nardi (2013) o seu conceito inicialmente esteve ligado à responsabilização e à prestação de contas, porém, foi sendo modificado ao longo do tempo, podendo se “referir tanto o dever da administração pública de prestar contas à sociedade, como o direito dos cidadãos de controlar a ação dos seus governos” (SCHNEIDER, NARDI, 2013, p. 32). Sendo que “um modelo abrangente de *accountability* inclui a prestação de contas, a responsabilização e a avaliação como partes integradas e integráveis de um projeto nacional” (SCHNEIDER; NARDI, 2013, p. 32, grifo nosso).

instrumento apontado pela Tese 8 é a assinatura de um termo de compromisso pelo diretor no ato da posse, que responsabiliza o mesmo pelo cumprimento de metas e pelos resultados da educação. A contratualização é um dos instrumentos utilizados no campo da administração pública e integra as “novas” formas e modelos de governança. Garcia (2019) realizou um levantamento junto às redes estaduais de ensino e evidenciou que a contratualização da gestão, com a utilização de diferentes termos para designar esse instrumento, vem crescendo no Brasil nas últimas décadas. Esses procedimentos adotados “[...] configuram-se em medidas específicas na introdução de reformas com foco em resultados” (GARCIA, 2019, p. 83).

Já na Secretaria municipal de educação do município de Mossoró, no Rio Grande do Norte, a materialização de princípios corporativos se dá por meio de premiações materiais, como o pagamento financeiro do décimo quarto salário aos funcionários da escola e a poupança para o aluno que mais se destaca nos processos de avaliação e participação nas atividades escolares. Além disso, a participação dos pais na escola e a sua atuação no Conselho Escolar, importante instrumento de gestão democrática, foi ressignificada e passou a ser premiada com medalhas e diplomas (Tese 13). Portanto, as teses apresentam exemplos reais, evidenciando atores e a introdução de mecanismos e princípios que modificam a gestão da educação e da escola, com implicações para a gestão democrática, que passa a ser ressignificada com o esvaziamento do seu conteúdo progressista.

Dirigentes escolares no “olho do furacão”

A categoria *Dirigentes escolares no “olho do furacão”* engloba as Teses 20 a 22, cujas preocupações dizem respeito ao papel, perfil, atuação e formas de escolha dos dirigentes escolares no contexto das reformas decorrentes das mudanças na gestão educacional e escolar. Abordam como essas se materializam na rede estadual do Acre (Tese 20); rede estadual de Pernambuco (Tese 21) e redes estaduais do Rio de Janeiro e Minas Gerais (Tese 22). Por meio das teses é possível afirmar que os dirigentes escolares estão literalmente no “olho do furacão”, uma vez que atuam em um dos espaços que pode ser caracterizado como o “epicentro das reformas”. Os mecanismos introduzidos na administração da educação da escola trazem profundas implicações para o seu trabalho e o dos demais sujeitos sociais da escola. Conforme Souza (2019, p. 15), nas investigações sobre gestão (de sistema, da educação, gestão democrática) sempre há trabalhos que se “[...] preocupam com a função, o perfil, o papel, os dilemas do diretor escolar”, o que pode ser observado nas teses em questão.

As três teses identificam a origem dessas transformações nas reformas dos anos de 1990, que foram se consolidando por meio das políticas educacionais ao longo dos anos de 2000. No que diz respeito às formas de escolha dos dirigentes escolares, a Tese 22, ao realizar amplo levantamento de dados sobre as formas de escolha dos dirigentes escolares nas redes estaduais de ensino nos diferentes estados brasileiros, concluiu que, no período de 2005 a 2015, houve uma diminuição nas formas democráticas de escolha e um maior controle sobre o papel dos dirigentes escolares, o que foi constatado nos dois casos aprofundados por meio da pesquisa apresentada na Tese 22 (Minas Gerais e Rio de Janeiro). As pesquisas também evidenciam que diversos mecanismos contribuem para que os diretores passem a incorporar nas suas práticas os valores propagados pelo gerencialismo e pelas novas formas de gestão pública, como as orientações recebidas via sistemas de ensino e sistemas de premiações. Nesse quadro, a “[...] ‘boa’ gestão é aquela que atinge o apogeu, que busca a eficiência e a eficácia no alcance das metas educacionais, tendo o reconhecimento público por meio de recebimento de prêmios” (SOUZA, D., 2016, p. 10).

Já a Tese 22 apresenta estratégias das “novas” formas de governança, alinhadas às reformas que são propostas para as escolas, modificando e intensificando o trabalho dos dirigentes escolares,

ao mesmo tempo em que são construídos espaços de resistência. As três teses tratam da gestão democrática e observam como o seu conteúdo está sendo ressignificado e esvaziado, sendo que a Tese 21 constatou que a democratização da educação e da gestão saiu da agenda política dos governos nos últimos anos. Nesse sentido, a Tese 20 apontou que o quadro de regulação a que os diretores escolares estão submetidos provoca um esmaecimento da gestão democrática pela gestão gerencial ao propor uma gestão eficiente e eficaz. A Tese 22 destaca que as alterações nas formas de escolha e no perfil requerido dos dirigentes escolares indica as tendências de privatização da educação via gestão.

Depreende-se, assim, que a gestão da educação e da escola se constituem em *lôcus* estratégico dessas mudanças. Paro (2012, p. 174) afirma que “Onde a adoção dos mecanismos gerenciais da administração capitalista da escola repercute de forma especialmente singular é precisamente no papel desempenhado pelo diretor escolar [...]”, esse passa a vivenciar uma situação contraditória e muitas vezes inconciliável “[...] como educador, ele precisa cuidar da busca dos objetivos educacionais da escola; como gerente e responsável último pela instituição escolar, tem de fazer cumprir as determinações emanadas dos órgãos superiores de ensino [...]” (PARO, 2012, p. 174). Esses dilemas são apontados pelas teses.

Assim, o diretor de escola passa a maior parte do seu tempo envolvido em questões administrativas impostas pelo processo de descentralização, preenchendo relatórios e instrumentos de controle e regulação, os quais compõem o que Lima (2012, p. 154) chamou de “hiperburocratização”, que, segundo o autor, merece ser indagada “[...] perante fenômenos de alta racionalização e informatização, extensão e grande escala, controle, standardização, compartimentação do trabalho, mensuração, gestão e tratamento de dados, precisão, normatização, conhecimento pericial e regras técnicas detalhadas”. Nesse sentido, o dirigente escolar, na busca de atender a todas essas demandas, vive um constante dilema e contradições em relação à sua função, acabando por secundarizar os processos e problemas pedagógicos.

A gestão democrática na contramão das reformas

A gestão democrática é o princípio que rege a gestão das escolas públicas brasileiras. Além de estar presente na Constituição Federal de 1988, na LDB N° 9394/96, esse princípio foi reafirmado no atual Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, com vigência para os anos de 2014 a 2024⁹ (Lei N° 13.005, de 25 de junho). No entanto, há dificuldade de sua materialização, sobretudo nos tempos atuais, além da gestão democrática não ser tomada em conta como um condicionante de qualidade, que, como apontado nas categorias anteriores, muitas vezes se resume às avaliações em larga escala e ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). As Teses 23, 24 e 25, que integram a categoria, evidenciam as lutas pela gestão democrática da/na educação e da escola, bem como apontam elementos para a sua concretude em meio às reformas que se distanciam dessa proposição.

A Tese 23 apresenta como a gestão democrática foi grafada na legislação educacional brasileira e como, a partir dos anos de 1990, a atuação de organismos internacionais e a própria reforma do estado vem reconfigurando essa concepção. Já a Tese 24 afirma que a gestão democrática é indispensável para a efetivação do direito à educação e pressupõe a

⁹ O Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024) estabelece metas e estratégias para a Educação em âmbito nacional e é referência para que os estados e municípios elaborem os seus Planos Estaduais e Municipais de Educação para esse período. A gestão democrática está contemplada na meta 19 do PNE e nas oito estratégias apresentadas pelo documento. O referido PNE estabeleceu um prazo de 2 anos para a efetivação da gestão democrática nas escolas públicas brasileiras (BRASIL, 2014).

institucionalização da participação. Propõe a construção de “[...] um índice de gestão democrática que possa avaliar e efetivar os condicionantes internos e externos da intencionalidade democrática do ambiente escolar, incluindo um condicionante de solidariedade” (CIENA, 2016, p. 9) com critérios universais e locais. Por fim, a Tese 25 evidencia o quanto os sistemas de ensino postergaram a implementação da gestão democrática com a institucionalização de mecanismos legais que a assegurassem, no caso investigado pela pesquisa, a lei de gestão democrática foi aprovada por meio de legislação específica em 2011. A Tese 25 apresenta uma experiência da rede estadual de ensino de Rondônia, que trata dos efeitos da gestão democrática no âmbito da escola, visando identificar se essa concepção de gestão contribui para a melhoria da qualidade de educação e se os órgãos de deliberação têm de fato autonomia nas suas ações.

Portanto, as teses da categoria apontam que a legislação nacional contemplou o princípio da gestão democrática, mas que, ao delegar a sua concretude para os sistemas de ensino, esses muitas vezes postergaram a elaboração de leis em nível local. Também apresentam outras possibilidades de gestão democrática, para além do que propõe a legislação, com a construção de um índice que abarque a solidariedade. Das teses depreende-se que as iniciativas locais merecem nossa atenção, pois indicam espaços de resistência, possibilidades e experiências de gestão democrática que podem ser construídos e tomados como exemplos na contramão das reformas.

Considerações Finais

O presente escrito buscou traçar o estado do conhecimento sobre a gestão da educação e da escola, a partir do avanço do neoliberalismo, das reformas vivenciadas no contexto brasileiro, identificando as principais tendências da produção acadêmica por meio de um conjunto de vinte e cinco (25) teses selecionadas no âmbito da BDTD. A tendência de pensamento apresentada pelas pesquisas denota que a gestão da educação e da escola passou por transformações significativas atravessadas pelas reformas neoliberais que implicaram na reforma do estado e em reformas educacionais em diferentes níveis. Essas introduziram os princípios do gerencialismo e da nova gestão pública na gestão educacional e escolar, que podem se caracterizados como a face política do neoliberalismo (DALE, 2010). Mudanças na legislação induziram às “novas” formas e modelos de governança da/na educação, o que pressupõe a atuação de atores privados, do terceiro setor e do setor estatal, por meio de diferentes arranjos e combinações na condução das políticas, na oferta e na gestão da educação. Esses “novos” atores precisam ser considerados nas análises que tratam das políticas educacionais no contexto atual. A gestão da educação e da escola pública assume cada vez mais feições empresariais e os princípios mercadológicos, esvaziando a concepção de gestão democrática impressa na legislação brasileira, com implicações para a materialização desse princípio; modifica até mesmo a forma de escolha dos dirigentes escolares, com a diminuição de formas democráticas e um maior controle e regulação sobre o papel e a atuação dos diretores que vivenciam dilemas e contradições no exercício da sua função.

Assim, concluímos que as pesquisas coadunam as leituras em geral sobre o fenômeno, uma vez que identificam o neoliberalismo e as reformas decorrentes desse processo como pontos chave para se compreender as mudanças na educação pública e as suas formas de gestão. Conforme Segatto e Abrucio (2017, p. 87) as reformas do Estado, que se iniciaram em países como Estados Unidos, Inglaterra e Nova Zelândia têm como ponto comum o foco no resultado, sendo que “[...] a adoção de metas e indicadores serviu para nortear as políticas públicas. Além disso, elas foram combinadas a mecanismos de contratualização, a partir dos quais os atores envolvidos seriam cobrados, premiados, punidos”.

As teses selecionadas apontaram para a adoção desses procedimentos no campo da educação e para as suas formas de gestão como parte integrante dos processos de reforma do

Estado vivenciados no Brasil, as quais, mesmo não sendo homogêneas, apresentam princípios comuns que se relacionam aos propósitos da nova gestão pública, portanto, estão atualizadas e alinhadas à literatura concernente e fazem uma leitura crítica da temática.

Embora a gestão da educação e da escola figure entre os assuntos mais pesquisados no campo das políticas educacionais (SOUZA, 2014, 2019), acreditamos que os temas e as problemáticas de pesquisa vivenciados nesse campo não se esgotaram e, diante das mudanças recentes, novas pesquisas se fazem necessárias. No que tange às redes estaduais de ensino brasileiras, os estudos realizados por meio das teses selecionadas abrangeram 55% do total das redes, o que nos faz questionar como esse processo se apresenta nos demais estados brasileiros, em que medida ele se assemelha ou diverge. Por fim, evidenciamos que não há estudos concluídos na base pesquisada que abordem a relação entre o neoliberalismo, conservadorismo ou neoconservadorismo e a gestão educacional e escolar, apontando a necessidade de conhecer esses processos para fazermos frente às reformas que conduzem a retrocessos, buscando encontrar elementos que fortaleçam a luta pela manutenção e materialização de direitos, como o direito à educação pública, laica, gratuita, de qualidade social e a gestão democrática, importante princípio grafado em nossa Constituição Cidadã.

Referências

- ALVES, A. S. **As parcerias público/privadas e as feições da gestão gerencial na educação.** 2015. 346 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2015.
- ALVES, A. J. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de Pesquisa**, n. 81, p-53-60, maio 1992.
- AMESTOY, M. B. **A política de accountability na educação básica e os efeitos da avaliação externa no ensino e na gestão escolar:** um estudo no município de Santa Maria/RS. 2019. 299 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: química da vida e saúde) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.
- ARAÚJO, A. C. **Gestão, avaliação e qualidade da educação:** contradições e mediações entre políticas públicas e prática escolar no Distrito Federal. 2011. 303 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, 2011.
- ARRUDA, R. G. **Três ensaios sobre economia da educação.** 2017. 118 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: 70, 2016.
- BDTD. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.** Disponível em: <<https://bdt.d.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 1 dez. 2020.
- BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BENETTI, V. **O ideário da CEPAL as propostas de políticas educacionais para o Rio Grande Do Sul:** 1998-2014. 2017. 213 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

BEZERRA, J. E. B. **Princípio da subsidiariedade, corporativismo e educação:** para a crítica da gestão participativa. 2010. 385f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1996]. Disponível em: <http://bit.ly/3dcLdwA>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

CAVALCANTE, M. S. S. **Gestão e avaliação da educação:** o avaliando IDEPB e o prêmio escola de valor - o projeto de formação humana no contexto da hegemonia neoliberal. 2018. 397 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

CIENA, F. P. **A gestão pública das políticas educacionais para a efetivação democrática do direito à educação no Brasil:** da democracia cognitiva à democracia participativa. 2016. 303 f. Tese (Doutorado em Direitos Humanos) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CORREIA, M. C. **Programa de gestão única da rede pública de ensino de Mato Grosso:** acesso ao sistema único pela via neoliberal. 2010. 148 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010.

COSTA, M. O. **Concepções de gestão nos programas do Instituto Ayrton Senna no contexto de alterações no papel do Estado e da sociedade civil.** 2011. 346 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DALE, R. A sociologia da educação e o Estado após a globalização. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400003>

DANTAS, G. K. G. **Política educacional paulista (1995-2012):** dos primórdios da reforma empresarial neoliberal à consolidação do modelo gerencial. 2013. 153 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2013.

DIAS, A. M. G. **Gestão democrática, educação e cidadania:** um olhar crítico a partir de fontes bibliográficas. 2015. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2015.

DRABACH, N. P. **Processos de provimento, exigências e atribuições para os dirigentes escolares em contextos de reformas gerencialistas.** 2018. 265 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

DUARTE, A. W. B. **A nova gestão pública na educação em Minas Gerais e Pernambuco: as políticas, os atores e seus discursos.** 2019. 227 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O caráter histórico da pesquisa em educação. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 4, p. 1-14, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.4.020>

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade, Campinas**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREITAS, L. C. de. **O efeito da gestão democrática na Escola Estadual de Ensino Médio Professor João Bento da Costa do Município de Porto Velho entre os anos de 2011 a 2017: um estudo de caso**. 2019. 156 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

GARCIA, T. Contratualização de resultados na gestão educacional escolar em redes estaduais de ensino. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S.l.], v. 35, n. 1, p. 077 - 098, mai. 2019. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol1n12019.89873>

KULIGOVSKI, M. P.; STREMEL, S. A pesquisa sobre Conselhos Municipais de Educação no Brasil: levantamento de teses e dissertações (1998-2019). **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 5, e2017250, p. 1-29, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.5.17250.025>

LIMA, L. C. Elementos de hiperburocratização da administração educacional. In: LUCENA, Carlos; SILVA JÚNIOR, João dos Reis (Org.). **Trabalho e educação no Século XXI: experiências internacionais**. São Paulo: Xamã, 2012, p. 129-158.

MAINARDES, J.; STREMEL, S.; ROSA, G. L. R. A pesquisa sobre a disciplina Política Educacional no Brasil: situação e perspectivas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S.l.], v. 33, n. 2, p. 287-307, set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol33n22017.71495>

MELO, L.F **Reformas educacionais e gestão democrática no estado do Acre: repercussões no trabalho do núcleo gestor da escola**. 2010. 357f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MOROSINI, M.; FERNANDES, C. M. B. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014.

DOI: <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2014.2.18875>

NASCIMENTO, L. P. **Novas formas de gestão da escola pública: implicações sobre o processo de democratização da gestão**. 2015. 455 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

OLIVEIRA, S. S. **A gestão integrada da escola no estado do Rio de Janeiro (2011-2014): consensos e disputas**. 2016. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

PARENTE, J. M. **Gerencialismo e performatividade na gestão educacional do estado de São Paulo**. 2016. 134 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2016.

PARO, V. H. **Administração Escolar: introdução crítica**. 17. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Cortez: 2012.

PERONI, V. M. V.; COMERLATTO, L. P. Parceria público-privada e a gestão da educação: o Programa Gestão Nota 10 do Instituto Ayrton Senna. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n. 1, p. 113-133, mar. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2017v35n1p113>

PRADO, M. A. **O processo de implementação de reformas gerenciais na educação básica: São Paulo (2007-2010) e Minas Gerais (2004-2010) em perspectiva comparada**. 2012, 355 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

QUEIROZ, L. M. G. **Políticas de educação e terceiro setor: o pacto pela educação do Pará**. 2018. 178 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n.19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SAGGIN, V. Seduc investe em modelo de gestão para resultados. **Secretaria de Estado de Educação Esporte e Lazer (Seduc)**, Mato Grosso, abril de 2016. Disponível em: <<http://www.mt.gov.br/-/3906945-seduc-investe-em-modelo-de-gestao-para-resultados>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SCHNEIDER, M.; NARDI, E. O potencial do IDEB como estratégia de accountability da qualidade da educação básica. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S.l.], v. 29, n. 1, p. 27-44, set. 2013. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol29n12013.42819>

SEGATTO, C.; ABRUCIO, F. A gestão por resultados na educação em quatro estados brasileiros. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 68, n. 1, p. 85-106, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v68i1.762>

SILVA, M. E. **Redes de Influência em Mato Grosso – o Estado e as Parcerias Público-Privadas e a Reconfiguração da Política Educacional na Rede Estadual de Ensino**. 2019. 195f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

SOUZA, A. S. **Responsabilização na administração da educação: a política de responsabilidade educacional como engrenagem de controle de resultados**. 2016. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SOUZA, Â. R. A pesquisa em políticas educacionais no Brasil: de que estamos tratando? **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 355-367, jul./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.9i2.0003>

SOUZA, Â. R. A pesquisa em política e gestão da educação no Brasil (1998-2015): atualizando o estado do conhecimento. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, e0207654, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302019207654>

SOUZA, D. Q. M. **A Gestão Escolar Como Arena Política: Impasses Do Novo Gerencialismo**. 2016. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SOUZA, J. S. O que é GIDE? **Blog do Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS)**, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, 30 out. 2016. Disponível em: <<http://trabalhopoliticaesociedade.blogspot.com/2016/10/o-que-e-gide.html>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

ZANARDINI, I. M. S. **A ideologia da pós-modernidade e a política de gestão educacional brasileira.** 2006. 163 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

Recebido em 18/01/2021

Versão corrigida recebida em 06/02/2021

Aceito em 08/02/2021

Publicado online em 24/02/2021